

«Os estrangeiros em Moçambique serão alvos militares»

Expresso 23/6/84

«**DEIXAMOS aqui um aviso claro a todos os cidadãos estrangeiros: não devem circular nas estradas de Moçambique. A RENAMO considera-os alvos militares e, como tal, serão tratados. Não se responsabiliza pelas suas vidas.**»

O aviso foi feito por Jorge Correia, na terça-feira, delegado da Resistência Nacional Moçambicana, em Lisboa, em conferência de Imprensa dada no Hotel Diplomático, perante jornalistas nacionais e estrangeiros, conferência que, a dada altura, seria interrompida pela PSP, gerando-se certo sururu entre Jorge Correia e agentes da polícia não devidamente credenciados para fazerem executar uma ordem daquelas e jornalistas.

Jorge Correia foi peremptório: «**Responsabilizaremos os países estrangeiros e respectivas embaixadas por aquilo que, eventualmente, venha a acontecer aos seus cidadãos. Trata-se de um assunto interno que deve ser resolvido pelos moçambicanos sem interferências externas.**»

A RENAMO ou RNM considera os estrangeiros no mesmo plano dos militares, já que, na sua óptica, eles cooperam activamente na construção de Moçambique dirigida pelo governo da FRELIMO. Entretanto, já fora da sala, onde, na prática, continuou a conferência de Imprensa, o representante do EXPRESSO perguntou: «Como é que Jorge Correia afirma que os problemas moçambicanos devem ser resolvidos unicamente pelos moçambicanos, quando você é cidadão português?»

«De facto tenho a documentação portuguesa e sou cidadão português porque o governo moçambicano me nega a nacionalidade. Quero ser moçambicano e tenho esse direito. Vivi lá mais de 20 anos. Tanto direito, como, por exemplo, o ministro Jacinto Veloso.»

«Cacimbo Ardente»

Jorge Correia diria ainda, durante a conferência de Imprensa propriamente dita, que «homens de negócios sul-africanos se deslocam ao Maputo nos próximos dias, mas que não devem ter a velocidade de usar o automóvel. Não os deixaremos passar. Terão de usar o aeroporto enquanto funciona», o que na opinião do delegado da RNM não acontecerá por muito tempo.

O aeroporto será, segundo afirmou, um dos alvos próximos da operação a desencadear e que dá pelo nome de «Cacimbo Ardente». Pretendem, com toda esta movimentação, apertar o cerco às capitais das 10 províncias, incrementar a guerrilha urbana, infiltrar a FRELIMO, tomar os seus aquartelamentos e continuar a sabotar os caminhos de ferro.

Esta operação, segundo Jorge Correia, é preparatória do assalto final a Maputo. Segundo os seus cálculos, o regime da FRELIMO poderá ruir, por completo, dentro de 6 meses. Afirmou, por outro lado, que a RNM considera ponto pacífico que Cahora Bassa não funcionará sem o seu aval, por mais reuniões que se realizem en-

tre moçambicanos, representados pela FRELIMO, África do Sul e Portugal.

Depois de declarar que já houve negociações secretas, a semana passada, entre a RNM e quadros superiores das Forças Armadas de Moçambique, recusando-se a fazer ulteriores precisões, «para que não fossem detectados estes elementos da FRELIMO», disse que ainda tinham 2 soviéticos prisioneiros, 1 do Srilanka e «mais 3 pessoas cuja nacionalidade prefiro não dizer; foi a semana passada: 2 na zona Sul e 1 na zona Norte». Estes dois soviéticos, sublinharia Jorge Correia, «ainda estão presos porque a URSS não cumpriu, na sua totalidade, o acordo que fez connosco». Disse ainda que dos 14 soviéticos raptados pela RENAMO, 8 morreram em posse da organização. Do acordo fazia parte, segundo disse, a concentração de todos os cooperantes soviéticos em Maputo, «o que de facto aconteceu. Não libertaremos estes dois enquanto os soviéticos não cumprirem totalmente o acordo.»

Interrupção

Entretanto, um funcionário do hotel chamaria Jorge Correia cá fora, seguido imediatamente pelos jornalistas. Esperavam-nos agentes da PSP: «Temos ordens para não continuar a falar.»

Jorge Correia protestou: que não podiam proibi-lo de falar, ele que era cidadão português, que isso era anticonstitucional e que ainda recentemente o presidente da

República afirmara, em entrevista à revista «Afrique-Asie», que o Estado português não podia impedir que cidadãos nacionais se pronunciassem contra regimes estrangeiros com os quais não concordam.

«Não temos com isso, só cumprimos ordens.»

Jorge Correia pediu, então, que lhe apresentassem o despacho que os autorizava a proceder daquela maneira.

Os agentes, porém, não vinham munidos dessa documentação, mas acrescentaram que o papel estava a chegar.

«Então, enquanto não chega, vamos lá para dentro continuar a falar.»

«Não pode. Não complique a situação», pediram os agentes de autoridade. Os jornalistas continuavam a falar com Jorge Correia enquanto alguns deles diziam para os agentes que tudo aquilo não passava de uma macacada. Se queriam impedir aquele homem de falar, deveriam fazê-lo claramente, com ordem por escrito, com o nome do responsável da mesma, bem à vista, pois trata-se de um cidadão português, credenciado devidamente pelo seu Estado e jornalistas nacionais também devidamente credenciados.

O representante do EXPRESSO voltou a perguntar (já na presença dos polícias à espera da tal ordem por escrito) «como podemos acreditar nas suas palavras se, há dias, você telefonou para a NP dizendo que as condições de segurança no Maputo se haviam com-

plorado de tal maneira que Samora Machel fora obrigado a retirar-se para Nampula, o que não correspondia à verdade. Minutos depois o jornalista telefonava para o Maputo e Samora Machel encontrava-se, no seu gabinete, a trabalhar com Jacinto Veloso. Nós não temos possibilidade de testar as vossas afirmações. Quanto mais perigos anunciarem, verdadeiros ou não, mais propaganda fazem. A única forma de as testarmos, de alguma maneira, é permitirem que jornalistas de várias tendências acompanhem a RNM durante algum tempo.»

Jorge Correia, diria, porém, que neste momento, não se poderiam responsabilizar pela ida de jornalistas, embora já tivessem levado alguns estrangeiros e os portugueses não tenham transcrito as suas reportagens.

«Só que haveria jornalistas portugueses em melhores condições, uma vez que conhecem o terreno.»

«Não é possível agora dado o teor da nossa luta», foi a resposta.

Finalmente, chegou o tal despacho. Uma fotocópia não autenticada, com a assinatura do coronel Matoso Ramalho, da PSP.

A actuação dos agentes revestiu-se da máxima cordialidade. Não procederam a qualquer tentativa de detenção, nem levantaram a voz, e terminaram, juntamente com o jornalista do EXPRESSO, um colega do DIA e outro do JORNAL, a tomarem café com Jorge Correia no edifício Castil.

Augusto de Carvalho